


## Práticas higiênicas na concepção do projeto formador da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1922-1931)<sup>1</sup>

Pedro de Oliveira Milagres<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-2178-5279>

Anderson da Cunha Baía<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-7363-689X>

### Resumo

Objetiva-se analisar a presença de práticas higiênicas na concepção inicial do projeto formador esaviano, a partir do contato com os operários de construção (1922-1931). Analisou-se documentos institucionais no Arquivo Central e Histórico da UFV e no acervo digital da Universidade da Flórida, EUA. Tomou-se como referencial metodológico da História Cultural Certeau (2015) e Chartier (1988). Percebe-se que o engenheiro Belo Lisboa assumiu uma postura sanitaria nas obras de construção da Esav. Ele criou uma Caixa Beneficente com serviços de saúde, com o combate das verminoses, educação e instrução moral e higiênica. Concluiu-se que o projeto formador esaviano foi concebido no contato com os operários de construção e deu espaço à higiene para a limpeza dos rurais vinculados à Escola.

*Palavras-chave:* Esav. Higienismo. Práticas higiênicas. Sanitarização do campo.

### Hygienic practices in the conception of the Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa's training project (1922-1931)

### Abstract

This paper aimed to analyze the presence of hygienic practices in ESAV's training project, based on contact with construction workers (1922-1931). It analyzed institutional documents at the Arquivo Histórico Central da UFV and the University of Florida Digital Collections, USA. Through the reading of sources using Cultural History references (CERTEAU, 2015; CHARTIER, 1988), it observed that engineer Belo Lisboa assumed a sanitary posture in the ESAV's construction. He created a Charity Box with health services (combating hookworms), education, and moral and hygienic instruction. It concluded that the ESAV's training project was conceived through contact with the construction workers, giving space to hygiene of cleanliness of rural areas linked to the School.

*Keywords:* ESAV. Hygienic. Hygienic practices. Sanitization of the countryside.

<sup>1</sup> Este trabalho é fruto de dissertação e foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), bolsa na modalidade PAPG – Educação (Mestrado). Ele foi revisado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Campinas, Campinas: pedromilagres.ef@gmail.com.

<sup>3</sup> Universidade Federal de Viçosa, Viçosa: andersonbaia@ufv.br.

---

## Introdução

Em finais da década de 1910, circulou no Brasil um conjunto de ideias higienistas em prol do saneamento dos sertões. Elas tiveram como pano de fundo expedições científicas empreendidas por Arthur Neiva<sup>4</sup> e Belisário Pena<sup>5</sup> rumo ao interior do país, que desvelaram um quadro de precariedade física e sanitária da população. Foi veiculado um diagnóstico de atraso do interior brasileiro que impedia o progresso nacional, levando a intelectualidade higienista a se mobilizar em torno do Movimento Sanitarista pela defesa da higiene nos espaços rurais e suburbanos (Fonseca, 2018; Hochman, 2012; Lima; Hochman, 1996).

Um marco da impulsão dessas ideias sanitárias se deu com a publicação do livro *Saneamento do Brasil*, de Belisário Pena, em 1918 (Castro Santos, 1985; Fonseca, 2018; Hochman, 2012). O livro reuniu uma coletânea de textos publicados no jornal *Correio da Manhã*, oriundos de suas viagens científicas, e convocava as elites intelectuais e políticas, os engenheiros, os agricultores, a mocidade, e outros para a defesa do saneamento dos sertões (Pena, 1923). A promoção da limpeza nesses espaços, conforme propunha Pena (1923), dar-se-ia por meio de intervenções que visassem a melhorias nas condições de saúde e educação dos habitantes do interior do país, a fim de impulsionar o progresso nacional.

Com a saúde, a educação era realçada no projeto sanitário como um símbolo na recuperação do campo. Contudo, conforme ressalta Souza-Chaloba (2023), ela era atravessada pelas representações forjadas e consolidadas acerca do atraso rural, em contraste ao urbano moderno. No estado de Minas Gerais, Musial e Galvão (2012) e Barros (2013) observam que as instituições rurais de ensino primário eram alvos de críticas dos próprios gestores públicos locais, que as consideravam rústicas e arcaicas, levando-as a sucessivos desinvestimentos. Como demonstra Musial (2012), nos momentos de crise financeira, essas instituições eram preteridas em favor dos grupos urbanos. Sendo assim, a educação nos espaços rurais não apenas fora

---

<sup>4</sup> Artur Neiva (1880-1943) foi um higienista protagonista na saúde pública brasileira e atuou próximo a Belisário Pena. Ele participou da expedição liderada por Pena rumo ao interior do país, em 1912, e liderou a liga Pró-Saneamento do Brasil. Conforme Castro Santos (1985), após a publicação do relatório da expedição, Neiva se afastou da “linha de frente” do Movimento Sanitarista para retomar suas atividades em laboratório.

<sup>5</sup> Belisário Pena (1868-1939) foi um médico-higienista mineiro, natural de Barbacena/MG, que se formou pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1890. Ele atuou de forma intensiva na política nacional, em um viés conservador e crítico, caracterizando-se como um combatente pela saúde pública brasileira. O higienista mineiro foi um importante defensor do saneamento dos sertões brasileiros e contribuiu com sua atuação no estado de Minas Gerais (Castro-Santos; Figueiredo, 2012; Santos, 2012).

precarizada, mas também, em sua cultura escolar, conservava representações que desqualificavam as populações residentes nesses espaços (Musial; Galvão, 2012; Souza-Chaloba, 2023; Tavares, 2014).

A fim de contornar a representação de atraso do campo e torná-lo uma mola de propulsão do desenvolvimento econômico em Minas Gerais, o governo de Arthur Bernardes (1918-1922) tomou a iniciativa de criar uma escola superior agrícola no interior do estado. Milagres (2022) analisa que esse tipo de instituição superior não estava imune, em sua cultura escolar, às representações negativas dos rurais. Entretanto, diferentemente do ensino primário, ela permitiria a profissionalização de determinada camada da sociedade agrícola e a inserção e inovação das ferramentas de produção, servindo à modernização técnica do campo (Azevedo, 2005).

Com isso, em paralelo a um conjunto de políticas sanitárias investidas pelo governo de Arthur Bernardes visando aos espaços rurais (Abreu, 2010; Carvalho, 2016), deu-se a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (Esav), por meio da Lei n.º 761, de 6 de setembro de 1920. Para sua fundação, foi contratado o agrônomo estadunidense Peter Henry Rolfs<sup>6</sup>, que elaborou o plano de construção e os planos de ensino da Escola<sup>7</sup>, além de se tornar o primeiro diretor do estabelecimento.

Em 1922, deu-se início à construção da Esav com a publicação do Decreto n.º 6.053, de 30 de março. Para encarregar-se da construção, foi contratado o engenheiro João Carlos Belo Lisboa<sup>8</sup>, em agosto do mesmo ano. De acordo com Borges, Sabioni e Magalhães (2000), antes de ser contratado pelo Estado, Belo Lisboa atuava de forma prestigiosa com reformas urbanas na cidade de Ponte Nova, promovendo o calçamento da cidade e solucionando os problemas de abastecimento de luz elétrica e água. A atuação do engenheiro em prol das ações sanitárias veio

---

<sup>6</sup> Peter Henry Rolfs (1865-1944) nasceu na cidade de Le Claire, Iowa, EUA. Durante seus primeiros anos de vida, ele morou na fazenda de seu pai e mudou-se para a cidade de Ames, onde fez seus estudos superiores em Agricultura, em Yowa State College, no ano de 1889, onde também obteve o título de *master of science*. No ano de 1920, conquistou o título de *doctor of science* pela *Florida Agriculture College*. Comumente, ele é reconhecido como um dos pioneiros no campo da Micologia e Fitopatologia (Borges; Sabioni; Magalhães, 2000).

<sup>7</sup> Os planos elaborados pelo estadunidense buscaram estabelecer um ensino de cunho prático, abarcando diferentes ramos da vida agrícola. Eram ofertados os cursos Elementar – para formação de capatazes rurais –, Médio – para administradores – e Superior em Agricultura – para Engenheiros Agrônomos – e em Veterinária – para Médicos Veterinários. Segundo Azevedo (2005) e Ribeiro (2016), para a criação da Esav, Rolfs tomou como inspiração o modelo dos *Land Grand Colleges* estadunidenses, que eram instituições de ensino fundadas na trilogia do ensino, pesquisa e extensão, destinadas à solução dos problemas práticos do campo por meio dos saberes de base científica.

<sup>8</sup> João Carlos Belo Lisboa (1892-1973) é natural da cidade de Vassouras/RJ, porém cresceu em Juiz de Fora/MG. Ele atuou como engenheiro-chefe nas construções da Esav, foi vice-diretor em 1927 e 1928, e nomeado segundo diretor, entre 1929 e 1935, sendo responsável pelo estabelecimento da Escola.

a reforçar a presença da higiene na Escola, mediante sua ascensão ao cargo de engenheiro-chefe ao fim de 1922. Suas intervenções pela higiene abarcavam tanto as plantas de construção do estabelecimento, anteriormente projetadas pelo estadunidense – que já consideravam os preceitos higiênicos em sua elaboração, sendo ampliadas –, quanto a educação e a saúde dos corpos dos trabalhadores rurais que executavam a obra (Milagres, 2022).

Sendo assim, o período de construção da Esav, que perdurou entre 1922 e 1929<sup>9</sup>, foi de suma importância para a organização do seu projeto formador. Teve destaque a relação entre os encarregados de chefiar a construção e os operários da obra, que reverberou práticas presentes no cenário nacional a favor da sanitização dos sertões. Com isso, tomamos como objetivo analisar a presença de práticas higiênicas na concepção inicial do projeto formador esaviano, a partir do contato com os operários de construção (1922-1931).

Tomou-se como aporte teórico-metodológico os pressupostos da História Cultural, nos quais se compreende que os sujeitos se dão a ler, a perceber e a construir o espaço social a partir de categorias de percepção e apreciação do real, de forma a legitimar um projeto formador e uma autoridade às custas de outros (Chartier, 1988). Para isso, fizemos uma distribuição cultural dos documentos institucionais da Esav conforme a operação historiográfica de Certeau (2015), que preconiza os gestos de separação, reunião e transformação de novos documentos, em um reemprego coerente a ser narrado.

Os documentos institucionais foram obtidos a partir do Acervo Histórico Central da Universidade Federal de Viçosa (ACH/UFV)<sup>10</sup> e da *University of Florida Digital Collections* (UFDC), em seu repositório digital.<sup>11</sup> Foi delineado como recorte histórico o período de 1922 a 1931, que corresponde, respectivamente, ao início da execução das obras de criação da Esav e à divulgação da “obra social” na IV Conferência Nacional de Educação (CNE), por Belo Lisboa, realizada em dezembro, na cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>9</sup> O término das obras foi posterior ao início das atividades de ensino da Esav. As aulas se iniciaram em agosto de 1927, com alunos dos cursos Elementar e Médio, e em 1928 se recebeu a primeira turma do Curso Superior em Agricultura. A última obra a ser finalizada foi o dormitório dos alunos, plenamente ocupado apenas em 1929. Os primeiros estudantes da escola foram alojados no porão do prédio principal e, gradualmente, foram sendo alocados no dormitório (Azevedo, 2005).

<sup>10</sup> O ACH/UFV utiliza-se do Locus (<https://www.locus.ufv.br/>), um repositório digital da instituição para depósito de documentos. Nele, estão inseridas imagens digitalizadas da ESV, utilizadas nesta pesquisa.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

---

### O solo fértil da Esav: aproximação das ideias higienistas

A Esav foi fundada em Viçosa, que se caracterizava à época como uma pequena cidade interiorana no estado de Minas Gerais. Localizada na região Zona da Mata, ela continha uma população estimada de 8.564 habitantes, em 1920, e possuía 7 distritos com população total de 46.949 habitantes (Diretoria Geral de Estatística, 1926a). O município tinha uma atividade econômica predominantemente agrícola, sendo que 59,1% de seu território era de propriedade de estabelecimentos rurais, com a presença do capital estrangeiro na exploração da lavoura (Diretoria Geral de Estatística, 1923).

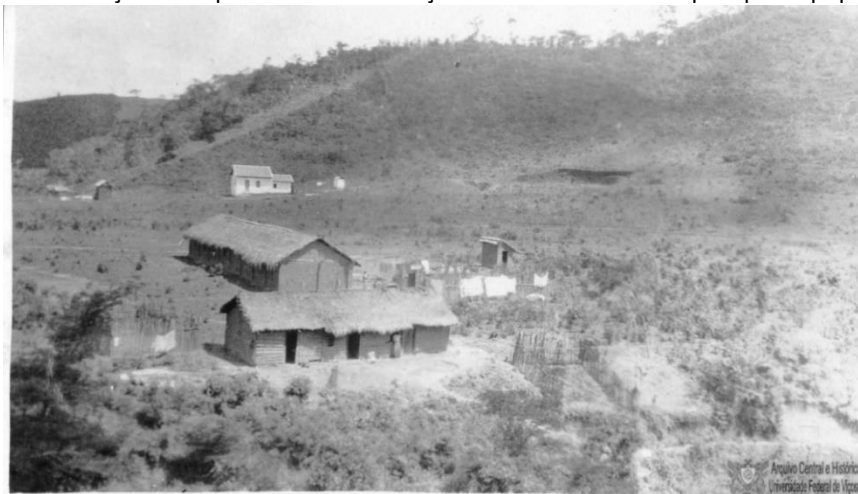
Esse ar interiorano da cidade de Viçosa se combinava com elementos que simbolizavam o progresso, como a linha ferroviária da Leopodina Railway Co. Ltd., a iluminação pública e as redes de esgoto e de abastecimento de água. Os investimentos na modernização se ampliavam em início da década de 1920, com a inauguração de uma Usina Elétrica em um de seus distritos, um Hospital Regional, um Posto de Prophylaxia das Moléstias Venéreas e a ampliação do abastecimento de água (Diretoria Geral de Estatística, 1929; Grata [...], 1922; Inauguração [...], 1922; Mais uma [...], 1923). Assim, mesmo afastada dos grandes centros urbanos, a cidade de Viçosa possuía elementos modernos, que se combinavam com a conservação de uma cultura do campo.

O local para a fundação da Esav se deu pela desapropriação de alguns terrenos rurais próximos à cidade de Viçosa, por onde passava a linha férrea, e a construção contou com a participação de homens e crianças viçosenses. A organização da Escola foi planejada por P. H. Rolfs e tinha como pretensão alcançar a população rural com atividades planejadas e ofertadas aos diferentes espaços rurais do estado de Minas Gerais. O estadunidense acreditava que, por meio da instrução, o povo rural poderia adquirir ensinamentos, novas práticas de cultivo e ferramentas tecnológicas para atuar sobre seu próprio atraso. Assim, ele confiava na instrução da higiene preventiva e no estímulo do cuidado individual como ferramentas para a supressão dos males (Rolfs, 1930).

Naquele momento, circulava uma retórica higienista que dava ênfase ao estado de precariedade física e sanitária das populações nos sertões brasileiros, que alimentava uma representação de atraso do interior (Hochman, 2012; Lima; Hochman, 1996). Nas construções da Esav, essa representação foi constituída em torno dos operários que serviam à Escola, sendo

registradas as condições de vida em que esses sujeitos moravam, em uma alusão às imagens de atraso e precariedade sanitária (Figura 1 e 2).

Figura 1 – Habitação dos operários da construção da Escola feita de taipa e pau a pique (1922)



Fonte: Lócus UFV.

Figura 2 – Crianças na porta da residência de um operário da construção da escola (1922)



Fonte: Lócus UFV.

Como observamos na Figura 1, capturou-se, no centro da imagem, duas habitações de operários feitas de barro, pau a pique e taipa, com uma fossa sanitária próxima às habitações. Já na Figura 2, três crianças são posicionadas ao centro da imagem, na porta de uma casa de pau a pique e com um forno de barro ao lado. Na Figura 2, as crianças foram revestidas com a representação da sujeira, simbolizada pelo estado de suas vestimentas e pelos pés descalços, cercadas de gravetos de lenha. Ambos os registros se aproximavam das representações

caracterizadas por Monteiro Lobato (1956) como símbolo do atraso do campo, identificado pela precariedade das residências, que, para o autor, caracterizava a indolência e preguiça daqueles que ali residem. Os pés descalços, a sujeira e a presença da fossa sanitária simbolizavam a falta de higiene apontada por Pena (1923), o que justificava a necessidade de intervenções sanitárias sobre a população rural.

Dessa feita, logo nos primeiros contatos entre os engenheiros encarregados das construções e os operários das obras, a higiene emergiu como um dos problemas a serem atacados. Para isso, a presença do engenheiro Belo Lisboa se fez fundamental com o estímulo à criação de ferramentas educativas e de higiene, justificando-as como imprescindíveis para o bom andamento das obras de construção (Lisboa, 1929a).

Belo Lisboa formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1919. Ao longo de sua formação e de sua atuação inicial, estabeleceu contato com atores engajados em reformas higiênicas no país, como o médico psiquiatra dr. Rodrigues Caldas<sup>12</sup>, no período em que este esteve como diretor-geral da Colônia de Alienados da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro (Claper, 2016). O engenheiro também teve contato com o diretor da Escola Politécnica André Gustavo Paulo de Frontin<sup>13</sup>, que o indicou à prefeitura de Ponte Nova/MG para que atuasse com reformas urbanas na cidade da Zona da Mata (Borges; Sabioni; Magalhães, 2000).

À frente das obras na Esav, Belo Lisboa (1929a, p. 71) se autodeclarava partidário “do aproveitamento de todas as ocasiões que se oferecem para acção social, visando o melhoramento do nosso povo”. Ele acreditava que, no Brasil, era preciso investir no combate das doenças e do analfabetismo por serem as “maiores fontes de males dos brasileiros”, sendo que “as doenças lhes tiram as forças e o não saber ler priva-os de luzes” (Lisboa, 1929a, p. 71).

---

<sup>12</sup> Dr. João Augusto Rodrigues Caldas (18??-1926) foi um médico psiquiatra que contribuiu ativamente para as mudanças na forma de tratamento dos alienados, desafogando o excesso de pacientes do Hospital Nacional de Alienados e transformando a colônia em espaços de tratamento e produção agrícola (Claper, 2016).

<sup>13</sup> André Gustavo de Paulo Frontin (1860-1933) nasceu em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Em 1879, formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, posteriormente, obteve os títulos de engenheiro de minas, de bacharel em Ciências Físicas e Matemática pela mesma instituição e de doutor em Filosofia pela Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro. Em 1880, passou a lecionar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, assumindo o posto de professor catedrático de Mecânica Aplicada às Máquinas. Paulo Frontin teve um intenso envolvimento político, fundando a Aliança Republicana (AR) em 1917. Com isso, foi: senador de 1917 a 1918, e de 1921 a 1930; prefeito do Distrito Federal de janeiro a julho de 1919; e deputado federal de 1919 a 1920. Em sua biografia, destaca-se sua atuação envolvendo o saneamento em reformas de abastecimento de água e construções de avenidas, com destaque para a Avenida Central, além da construção de habitações populares (Alves, 2013; Hoffbauer; Pessoa, 2018).

Ao ser contratado, em 5 de agosto de 1922, como engenheiro-auxiliar, e chegando às obras da Escola, chamou a atenção do engenheiro o estado de saúde e de educação dos mais de 400 trabalhadores. Esse cenário o fez mobilizar o exame médico obrigatório de todos os operários, que acusou resultado de 98%<sup>14</sup> de infectados por verminoses e outras doenças. Já o levantamento das condições educacionais revelava uma taxa de 92% de analfabetismo<sup>15</sup>. Em vista dessa situação, foi sinalizada por Belo Lisboa (1929a) a urgência de um empreendimento social voltado para o aprimoramento das condições físicas e educacionais dos operários.

Dessa forma, a criação da escola em Viçosa, em meio aos debates higienistas em voga, propiciou que as condições sanitárias dos operários tivessem notoriedade, reforçando uma retórica higienista de abandono sanitário dos espaços rurais e interioranos. Com isso, o engenheiro encarregado de chefiar as obras assumiu uma postura sanitarista, implementando ferramentas que suprimissem o estado de precariedade dos operários, de modo que se propiciasse a circulação de práticas higiênicas entre os rurais.

### **Implementação de práticas de educação, de instrução e de higiene com os operários de construção da Esav**

Após assumir o cargo de engenheiro-chefe, em 16 de dezembro de 1922, Belo Lisboa mobilizou um abaixo assinado para a criação de uma Caixa Beneficente que custearia os serviços de saúde (médico e farmacológicos) e de educação primária dos operários, feitos de forma compulsória. Ela foi estabelecida logo no dia 25 de dezembro do mesmo ano. Além dos serviços mencionados, foi posteriormente incentivada a constituição de uma banda de música dos operários<sup>16</sup>, que, em 1923, passou a integrar a Caixa Beneficente para a compra de uniformes e instrumentos.

---

<sup>14</sup> Nos materiais de divulgação daquelas experiências, acusa-se taxa de 100% de infectados (Lisboa, 1931, 1935a).

<sup>15</sup> Conforme o Censo de 1920, aproximadamente 60,5% da população da cidade de Viçosa não sabia ler e escrever (Diretoria Geral de Estatística, 1929). Considerando a leitura e escrita como critérios para a definição do analfabetismo à época, os dados indicam que os operários da Escola se concentravam entre a parcela não-letrada da cidade, pela maior taxa identificada na construção, e certamente a mais pobre.

<sup>16</sup> A banda de música dos operários foi inaugurada com o levantamento da cumeeira do edifício principal. Belo Lisboa convidou os editores e os leitores do jornal *Cidade de Viçosa* a comparecerem na inauguração da banda (Escola..., 1923 *apud* Publicação..., 2018).



Os recursos financeiros necessários à manutenção desses serviços eram adquiridos por um regime de cooperativa, por descontos salariais, que garantiriam os serviços aos operários e seus familiares. Além disso, eles seriam complementados com contribuições de P. H. Rolfs, de Belo Lisboa e de terceiros. Conforme o balancete dos anos de 1923 e 1924, a Caixa Beneficente recebeu um auxílio adicional de Belo Lisboa, que fez um adiantamento com recursos próprios para cobrir o déficit ao final desses anos (Lisboa; Machado; Vieira, 1924).

O uso eficiente das ferramentas adotadas seria amparado por um regime de Ordem de Serviço, constituído por normas que condicionavam os operários a multas. As penalizações visavam a coibir os funcionários de causar danos às obras, instituir o cumprimento de condutas morais e impeli-los a investir no aprimoramento próprio e de seus familiares. Para promover esse aprimoramento, era fornecida uma “escola diurna” para crianças de 6 a 12 anos, diária, e uma “escola noturna” para rapazes de até 18 anos, 3 vezes por semana. Aos operários analfabetos, era ofertada uma “escola noturna”, com frequência de 3 vezes por semana, que se intercalava com as aulas da banda de música, na mesma periodicidade (Lisboa; Machado; Vieira, 1924; Ordem de Serviço, 1923).

A coerção à adoção das ferramentas pelos operários rurais, por meio da chefia de Belo Lisboa e do regime de Ordem de Serviço, era tida como uma ação louvável. O engenheiro acreditava, por meio da educação, inculcar uma suposta cultura que faltava aos rurais. Conforme acreditava, “dado o grau de *inecultura* do nosso trabalhador rural, as suas falhas, compete ao administrador (ao patrão) educar os seus homens” (Lisboa, 1929b, grifo nosso). Tavares (2014) e Mota (2010) demonstram que essa educação visava a inseri-los num projeto de civilidade de preceitos urbanos, conformando-os a um modo de ser social adaptado à sociedade moderna e produtiva. Ao mesmo tempo, assentava-se numa moral do homem do campo (Mota, 2010).

A instituição da escola primária foi acompanhada pela instrução moral e higiênica de todos os operários de construção, que, por meio de preleções semanais, propiciaria a conformação de determinados comportamentos. Belo Lisboa (1929b) preconizava que tal tarefa deveria ser feita pelos “patrões” para formar um espírito ordeiro nos empregados, introjetando-os determinada cultura a ser transmitida entre eles. Conforme instruiu a um ex-aluno da escola, a conformação desse espírito seria “tarefa facílima uma vez captada a confiança dos mesmos [os empregados]. Será tarefa penosa no princípio, mas de incremento

---

*seguro, uma vez que consiga adestrar os primeiros, que por sua vez irão instruindo os outros”* (Lisboa, 1929b, grifo nosso).

A experiência transmitida por Belo Lisboa a um ex-aluno foi aquela revestida nas práticas de instrução semanal instituídas nas obras. Nelas, os operários eram reunidos aos sábados e, após o pagamento, recebiam preleções de temas sobre o combate ao álcool, males causados pelos jogos, desgraça da sífilis, amor à pátria, respeito às autoridades, organização da família, entre outros (Lisboa, 1929a). Para que a incorporação dos saberes se desse com eficiência, os operários eram divididos em turmas, tendo, em cada uma, um encarregado que recebia as preleções do engenheiro-chefe e era responsável por transmitir os ensinamentos aos demais (Lisboa, 1929a).

As instruções de moral e higiene adotavam temas mobilizados pelos higienistas e eram realizadas no intuito de extirpar práticas que produzissem males à saúde. No entanto, a contradição entre o discurso e prática é aparente na Figura 3, na qual Belo Lisboa mais dois funcionários da chefia – de paletó e botas – fazem o pagamento de um operário – descalço. Nela, no segundo plano, Belo Lisboa e outro funcionário aparecem praticando com naturalidade o fumo, que era condenado pelas campanhas sanitárias em voga nos espaços urbanos (Gois Junior, 2003). Ou seja, caso não ocorressem as preleções sobre o fumo, naquele momento<sup>17</sup>, a seleção dos temas transmitidos ou a liberdade para executar práticas não-higiênicas ocorria de forma conveniente à chefia.

---

<sup>17</sup> Posteriormente, o engenheiro-chefe instituiu a restrição do “vício do fumo” na Escola. Essa arregimentação entrou em vigor no ano de 1927, com o início das atividades de ensino da Escola Superior, e buscou suprimir a prática entre os alunos restringindo os espaços permitidos ao fumo (Lisboa, 1931; Livro de Atas [...], 1929).

Figura 3 – Pagamento de operário da construção (1926): Belo Lisboa aparece no plano de fundo, ao centro



Fonte: Lócus UFV.

Sendo assim, notamos que as práticas de educação e instrução impressas sobre operários estavam em correspondência com as bases higienistas, moral e patriótica, presente nos debates educacionais da época (Abreu Junior; Carvalho, 2012). Por meio delas, seria possível conformar os sujeitos rurais a determinados comportamentos e costumes tidos como civilizados, uma vez que eles estariam sujeitos à seleção, caso não correspondessem às atitudes esperadas (Lisboa, 1929b).

Quanto à saúde, era ofertado aos operários e a seus familiares o atendimento médico e farmacêutico para que fosse garantido o tratamento dos doentes por meio de intervenções medicamentosas. Ao que parece, os primeiros atendimentos médicos aos mais de 400 operários eram feitos aos domingos, por ser o dia mais propício (Ordem de Serviço, 1923); contudo, eles foram ampliados para as terças e sextas-feiras, sendo que, para casos de urgência, seriam feitos atendimentos em domicílio (Lisboa; Machado; Vieira, 1924).

No decorrer do período de construção da Esav, investiu-se, de forma intensa, no combate de doenças. As ações foram realizadas por dois médicos — dr. João Baptista Britto e dr. Cyro Bolivar Moreira.<sup>18</sup> Naquele momento, a atuação dos médicos passou a ser prestigiada devido a

---

<sup>18</sup> Com a criação do Posto de Prophylaxia das Molestias Venereas em 1923, anexado ao Hospital Regional em Viçosa e por iniciativa do governo federal, o médico Cyro Bolivar Moreira foi nomeado como responsável (Hospital..., 1923).

suas intervenções sobre a saúde dos sujeitos rurais, e a administração buscava gratificá-los financeiramente por bons serviços prestados (Lisboa; Machado; Vieira, 1924).

A ação profilática realizada pelos dois médicos baseava-se na prescrição de vermífugos para o combate das verminoses. Durante essas ações, “apenas um caso fatal se registrou; o falecimento dum operario, não tendo sido possível apurar-se si o obito foi motivado pelo medicamento ‘necatorina’ ou si por motivo do uso do alcool, pouco antes [e] depois do uso do vermifugo” (Lisboa, 1929a, p. 72).

A ocorrência de um óbito produziu desconfianças das práticas da medicina moderna, que não eram usuais entre a população mais pobre da época. Esse cenário gerou resistências, levando Belo Lisboa a relatar dificuldades nas campanhas contra verminoses que exigiam “energia forte”. Conforme apontou, “observámos que os verminosos repudiam os remedios, isto em consequencia da doença” (Lisboa, 1929a, p. 72).

Ao afirmar a resistência dos operários em aderir às práticas médicas, Belo Lisboa aplicou uma retórica comum aos higienistas da época: atribuir à doença ou às más condições de vida a causa dos comportamentos incivilizados ou discordantes<sup>19</sup>. Assim, a fim de garantir a eficiência da medicalização, buscava-se reforçar nos avisos aos operários a necessidade de aproveitarem os remédios retirados na farmácia para evitar o desperdício das despesas (Lisboa; Machado; Vieira, 1924).

A intervenção sobre a saúde e a educação dos operários se deu de tal forma que “em certa manhã, em dia de Dezembro de 1922, nas proximidades do Largo de São Francisco, em Viçosa – um operario do quadro da construção, dirigindo-se ao engenheiro-chefe – perguntou-lhe, respeitosamente, porque lhe incomodava a ignorancia dos seus trabalhadores” (Lisboa, 1935a, p. 3). Na visão de Belo Lisboa, a falta de instrução, apontada pelo operário, deveria ser combatida juntamente à falta de saúde. Ele acreditava que, a partir da supressão da ignorância

---

Acredita-se na existência de algum vínculo do médico com as políticas sanitárias no interior do país, uma vez que o hospital regional e posto anexo foram criados mediante a abertura das políticas sanitárias de Minas à União, permitindo-lhe a participação na administração dos hospitais (Abreu, 2010; Carvalho, 2016).

<sup>19</sup> Em um texto publicado por Monteiro Lobato no jornal *O Estado de S. Paulo*, o escritor retratou os habitantes da cidade de Iguapé/SP por uma imagem de indolência e preguiça. Tal representação foi alvo de críticas de um jornalista da cidade, acusando Lobato pelos “excessos de seus conceitos apaixonados, a sua critica parcial, desonesta e inverosimil” (Lobato, 1956, p. 311). A carta foi replicada pelo escritor como nota de um capítulo, e, em resposta à manifestação do jornalista, Lobato (1956) afirmou ser aquele sujeito um exemplo de como reage um doente com seu cérebro afetado pela verminose.

e das doenças do povo rural, seria possível fornecer a eles autonomia suficiente para atuar na melhora das condições de vida deles e de sua família, de forma a propiciar o desenvolvimento econômico do estado e o progresso nacional (Lisboa, 1935a, 1929; Rolfs, 1930).

A atuação do engenheiro-chefe em favor de intervenções na saúde e na educação dos operários não era um caso isolado. Essa atuação era defendida e utilizada por higienistas como uma estratégia de disseminação da higiene no interior do país. Belisário Pena instruía a realização de medidas profiláticas antes e durante os empreendimentos das obras e, assim como Oswaldo Cruz, chegou a atuar no combate de doenças entre operários em obras de expansão das estradas de ferro (Carvalho, 2016; Hochman, 2012; Pena, 1923). Para que tais ações chegassem ao interior, o higienista motivava sua implementação nas obras de açude e estrada de ferro. Ele apelava aos engenheiros brasileiros pela “compreensão nitida da necessidade do concurso imprescindível da sciencia medica na execução das obras de engenharia, para que ellas caminhem rapidas e com economia de vidas e de dinheiro” (Pena, 1923, p. 56).

Belo Lisboa se comportava como um engenheiro sanitário, demonstrando ser um receptor e entusiasta das ideias higienistas em circulação, em prol da saúde e da educação. Com isso, ele identificou, na construção da Esav, a possibilidade de aplicar uma “obra social” para a limpeza dos males (Lisboa, 1929a). Em sua interpretação, o analfabetismo constituía um dos principais problemas nacionais, uma vez que “o filho de analfabeto tem muita probabilidade de o ser”. Isso acontecia pois, para Lisboa (1935a), a incapacidade de pensar era recebida dos pais e, em decorrência das precárias condições sociais, agravava-se, passando para as próximas gerações. Sua interpretação se somava a um quadro nacional insalubre, em que, conforme afirmava, “a saúde do povo é, em geral, fraca – a syphilis, os vermes, as febres e muitos outros males reduzem os nossos homens a grande fraqueza, e os tornam tristes, nervosos, desanimados e improductivos” (Lisboa, 1935a, p. 6). Nisso, notamos que, para o engenheiro, o estado de saúde dos rurais estava diretamente ligado a sua personalidade e a suas condições sociais, refletindo na produção nacional.

Belo Lisboa acreditava que a recuperação do vigor do país estava em um esforço patriótico de instrução higiênica e educação do povo rural. A instrução higiênica deveria tornar esses sujeitos “conhecedores das regras elementares de conservação”, afastando as doenças, e a educação teria como fim combater o analfabetismo no indivíduo, que, por consequência, “estingue-se a sua descendencia pouco valiosa” (Lisboa, 1935a, p. 5-6). Não obstante, para

combater o cerne desses males, era preciso instruí-los ao uso de “ferramentas mais eficazes e adeantadas, conseguindo, assim, maior recompensa pelo esforço de cada dia, renda suficiente que lhe proporcione [ao povo rural] melhores residencias, alimentação com vestiário decente e, ainda, recursos para a defeza da saude e deveres sociais” (Lisboa, 1935a, p. 5).

O engenheiro-chefe acreditava que a família deveria ser a responsável por impedir a perpetuação dos males da doença e do analfabetismo; contudo, a herança de seus antecedentes incapacitava-os. Essa interpretação o levou a assumir uma postura intervencionista. Assim, Belo Lisboa defendeu que caberia à Escola Superior em construção organizar o acesso de seus funcionários ao ensino primário e, por meio de um regime disciplinar, na forma de Ordens de Serviço, tornar obrigatória a responsabilidade dessa população para com a educação de seus filhos.

A promoção de melhores condições de vida do povo no campo pela intervenção na saúde e na educação, produzindo uma nova consciência em torno do trabalho, encontrou afinidades com as ideias de Alberto Torres. O intelectual afirmava a promoção de melhores condições de vida vinculadas à reorganização do trabalho, dando destaque para o agrícola. A nova organização do trabalho deveria ser orientada de forma a extinguir definitivamente as causas iniciais que levariam os sujeitos às doenças (Torres, 1938). Além disso, conforme ressalta Celeste Filho (2019), as práticas educativas em torno do trabalho agrícola contribuiriam para o assentamento dos sujeitos no campo, evitando seu êxodo para os espaços urbanos.

Belo Lisboa acreditava que o ensinamento de novos ofícios aos operários e a implementação dos serviços de saúde, educação e instrução moral e higiênica os capacitariam ao trabalho, para que aumentassem sua renda e investissem recursos na melhoria das condições de vida de sua família. Isso decorria de os sujeitos rurais, estigmatizados por um discurso de inferiorização e atraso, deverem ter sua realidade transformada para cumprir as expectativas de uma sociedade urbana e industrial (Tavares, 2014), porém alçando sua redenção no campo.

Assim, conforme retratado na Figura 4, a imagem civilizada dos operários se torna objeto de ostentação do projeto formador da Escola, intitulada por Belo Lisboa como uma “obra social”. Na Figura 4, os operários são ordenados em filas na escada do prédio principal da Escola, vestidos a caráter – com paletó, gravata e chapéu na mão –, calçados, com a postura ereta e braços dispostos ao lado do corpo, transmitindo uma imagem de regeneração e disciplina. Ao centro da imagem, na quarta fileira, de paletó preto e gravata longa, está Belo Lisboa, intencionado em

transmitir uma imagem de redentor ao posicionar-se entre os operários, elevando-os a sua condição civilizada.

Figura 4 – Grupo de operários da Escola (1927)



Fonte: University of Florida Digital Collections.

Dessa forma, a ação incisiva de Belo Lisboa com a veiculação de práticas de instrução e de higiene justificava-se em promover um aperfeiçoamento moral e físico dos sujeitos rurais empregados nas obras da instituição. As ideias elencadas por ele, que incentivaram a criação da Caixa Beneficente, deram origem à primeira ação vultuosa da Esav no “melhoramento do homem” (Lisboa, 1929a, 1935a).

### **A divulgação do projeto formador esaviano com marcas da higiene rural**

As ações higiênicas empreendidas sobre os operários de construção fundaram as bases do projeto formador esaviano, que teve início em 1927, com a chegada dos primeiros alunos. Tiveram lugar o combate às verminoses entre os alunos esavianos – que eram testados e medicalizados ao ingressarem na escola –, a criação e expansão dos serviços de saúde – mantendo o sistema cooperativo, onde foram incorporadas contribuições dos alunos e dos professores – e a instrução de moral e higiene – semanal para os funcionários, na qual os saberes eram transmitidos dos

servidores aos funcionários “mais humildes”, e diária para os alunos, transmitidos pelos professores (Milagres, 2022). Também foi mantida a escola primária, chamada de escola anexa, que passou a funcionar no porão do prédio principal – onde ocorriam as aulas dos cursos da escola – e servia para inspirar os alunos esavianos a empreender um trabalho de educação similar nas fazendas em sua futura atuação profissional (Lisboa, 1929b, 1931).

Aquelas experiências, incorporadas no projeto formador, foram divulgadas e repercutidas pela Escola como uma demonstração do aperfeiçoamento moral e físico que poderia ser alcançado entre o povo rural. Elas foram veiculadas ao Governo de Minas Gerais, aos fazendeiros e lavradores do estado — por meio de circulares e conferência —, e à IV CNE, em 1931, no Rio de Janeiro. Ao veicular as experiências higiênicas e educativas nessa última, possibilitou-se à Escola divulgar seu projeto formador calcado na higiene e vinculado à educação agrícola, num espaço de debate sobre a educação nacional.

Conforme Valério (2013), a CNE foi uma estratégia de difusão de ideias da Associação Brasileira de Educação (ABE), em âmbito nacional, que permitiu o debate de questões educacionais e a elaboração de projetos destinados ao país. Ela estava a serviço dos propósitos de uma organização educacional que, nas primeiras décadas, foi permeada por interesses médico-higiênicos ligados à Educação (Abreu Junior; Carvalho, 2012; Linhares, 2006; Valério, 2013; Vieira, 2017). Assim, aproximar-se das conferências e especialmente dos interesses educacionais que permeavam as instâncias superiores permitiria uma projeção da Escola em relação à resolução dos problemas nacionais, já que as CNE se fizeram “como lugares privilegiados para projetar a autoridade de uma *intelligentsia* autorizada a falar sobre os problemas e, sobretudo, sobre as metas e as prioridades da educação nacional” (Vieira, 2017, p. 32). Além disso, as práticas empreendidas na ESAV dariam fundamentos aos debates educacionais nas conferências, calcados numa higiene à serviço da pátria (Abreu Júnior; Carvalho, 2012), mas com a especificidade do espaço rural, que começava a ganhar expressão a partir da década de 1930 (Souza-Chaloba, 2023).

A participação da Esav nos debates da CNE ocorreu pela primeira vez em 1928<sup>20</sup>, por intermédio de P. H. Rolfs, quando proferiu uma conferência sobre o Ensino Agrícola. Na ocasião,

---

<sup>20</sup> Em 1928, ocorria a II CNE, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG. Conforme ressaltou Valério (2013), foram confluídos trabalhos oriundos de diversos temas, o que, ao fim, acarretou prejuízos aos propósitos almejados com o evento – identificar e propor soluções aos problemas da Ensino Secundário nacional, tema daquele ano.



enquanto expunha as bases da Agricultura Moderna e a organização do ensino ofertado na Esav, o estadunidense fez menção ao trabalho social que vinha sendo empreendido com os operários de construção (Rolfs, 1928). As experiências educativas da Esav voltaram a ser veiculadas pelo estadunidense à ABE em 1931, por meio de uma conferência na IV Semana Nacional de Educação da Associação, ocorrida entre 13 e 18 de maio de 1931. Nela, os trabalhos de instrução dos operários receberam uma maior ênfase e, aliados à adoção de máquinas agrícolas, foram sugeridos como uma possibilidade de expansão econômica para Minas (Rolfs, 1931).

Possivelmente, as divulgações de P. H. Rolfs no último evento influíram na participação de Belo Lisboa na quarta edição da CNE, pois, em agosto do mesmo ano, foi recebida, na Escola, a visita de uma comissão da ABE composta pelo dr. Teixeira de Freitas e a comissão executiva da associação. Na companhia, esteve também o inspetor agrícola federal José Monteiro Machado, representando o Ministério da Agricultura (Livro de Atas [...], 1931). Após a visita, Belo Lisboa veio a participar da IV CNE, que ocorreu no Rio de Janeiro em dezembro de 1931, com o tema “Diretrizes para a educação popular”. O então diretor da Esav<sup>21</sup> realizou, no penúltimo dia de evento, a preleção intitulada “Ensino Agrícola”, em que tratou dos trabalhos de combate ao analfabetismo e às doenças feitas com os operários que atuaram na construção da instituição.

O novo diretor, Belo Lisboa, realizou um resgate do trabalho educativo realizado com os operários desde o início das construções. Aquilo que ele chamou de uma “obra social” da Esav (Lisboa, 1931) serviria para divulgar não apenas a possibilidade de recuperação dos rurais por meio da educação, mas também sua formação técnica – no caso dos cursos profissionais –, moral e higiênica, propostos à educação agrícola pela Escola. Logo, a convite de Belo Lisboa, ao fim do evento, os conferencistas foram visitar a instituição.

A visita se deu em meio a um clima otimista e ocorreu quando aconteciam as festividades de formatura da primeira turma de engenheiros agrônomos (Livro de Atas [...], 1932). Nesse ambiente festivo em que foram recebidos, os conferencistas registraram “a impressão de deslumbramento, de comovida admiração, de confiança nos destinos pátrios do Brasil” despertada com a visita à “obra educativa que, silenciosamente, mas com uma potencialidade que excede a toda avaliação, se realiza nesse encantador recanto do território mineiro” (Conferencistas, 1931).

---

<sup>21</sup> Em 1929, havia finalizado o contrato de P. H. Rolfs, e a direção da Escola passou a ser assumida por Belo Lisboa, que permaneceu no cargo até 1935.

A surpresa com a organização da instituição, que, até então, era “silenciosa” para muitos dos conferencistas — a não ser por seus trabalhos com os operários, apresentados na conferência —, reforçava a imagem de uma instituição vultosa, comprometida com a formação física e moral dos sujeitos no campo. De forma entusiasmada, e em uma ambiência festiva, eles fizeram votos para que, “sob os magníficos padrões fixados em Viçosa para o ensino agrícola brasileiro, em todos os seus graus, se instituem estabelecimentos congêneres nas demais unidades políticas da república, si possível com a colaboração do governo federal” (Conferencistas, 1931). Também observaram que

[...] a fundamental e a maior dentre “as grandes diretrizes da educação popular”, que como tema geral do seu programa, procurou fixar a Conferência, é, sem a menor sombra de dúvida, a do ensino agrícola, combinado com a educação integral dos jovens alunos, nos moldes exatos esteriotipados pela Escola de Viçosa (Conferencistas, 1931).

A imagem institucional delineada pelos conferencistas reforçava o compromisso da Esav pela formação integral dos alunos, que, à época da conferência, estava sob a direção de Belo Lisboa. Eles elevavam o estabelecimento de Viçosa a um modelo a ser implantado em outras partes do território nacional em função de sua estrutura e da forma de ensino empreendido. O trabalho educativo com os operários rurais – divulgado na conferência –, atuando sobre sua limpeza, educando-os e instruindo-os na formação da moral e do cuidado higiênico, fornecia diretrizes para a educação popular, tema daquela conferência. Ao incorporar esses fundamentos em seu projeto formador e divulgá-lo, a Escola se comprometia com a educação do povo no campo.

Com isso, de modo similar às estratégias de divulgação demonstrada por Mota (2010) no Grupo Escolar “Rural” do Butantã<sup>22</sup>, na Esav, buscou-se compilar o conjunto de experiências educativas empreendidas sobre os operários rurais, a partir da chefia de Belo Lisboa, nas obras de construção, e divulgá-las numa zona de contato dos debates educacionais em âmbito nacional, levando-os até Viçosa. Ao imprimir seus interesses sobre a população rural,

---

<sup>22</sup> Naquela instituição, a professora Noêmia Cruz reuniu um conjunto de imagens e relatos de suas experiências na educação das crianças rurais, construindo a representação de um “pequeno exército” de meninos e meninas de ‘todas as raças’, construtores de uma nova mentalidade rural, higiênica, civilizada e patriótica” (Mota, 2010, p. 18). Esse portfólio foi enviado a órgãos do governo federal, que se sensibilizaram com aquele projeto no grupo escolar e ajudaram a divulgá-lo.

conformando-os a determinados hábitos e costumes, a instituição se colocava como uma voz do campo e afirmava que “o povo quer aperfeiçoar-se” (Lisboa, 1935a) – como foi intitulado um texto de divulgação daquelas experiências, em jornal rural. Simultaneamente, legitimava seu projeto formador assumindo para si o lugar de autoridade após

14 anos [de experiências em um trabalho] ininterrupto, podendo afirmar, sem receio de contestação, a possibilidade de melhoramento do nosso povo rural, por ter alcançado o impressionante resultado de 0% de analfabetos e de verminosos, entre os seus empregados e, ainda, pela capacidade profissional a que chegaram e elevação de nível social (Lisboa, 1935b, p. 3-4).

Com isso, o projeto formador cunhado às custas dos operários rurais, estigmatizados sob o símbolo do atraso e sujeitados a um projeto civilizatório, conferia autoridade na educação agrícola tanto à instituição quanto a Belo Lisboa. Este último, ao sair da escola, adquiriu uma fazenda e realizou uma obra educacional e higiênica similar com seus empregados (Gomide, 1996), construindo uma ponte para sua atuação política.<sup>23</sup>

Ademais, podemos observar que a atuação da Escola sobre a saúde e a educação de seus operários permitiu com que ela se projetasse como uma instituição comprometida com a formação técnica e o aperfeiçoamento dos sujeitos rurais, em meio às ideias higienistas que circulavam no Brasil, com ênfase nos sertões brasileiros. Para isso, a CNE foi um importante espaço de divulgação de seu projeto formador, tomando as experiências com os operários esavianos como base de uma educação comprometida com o saneamento do campo.

### Considerações finais

O início dos trabalhos de construção da Esav foi acompanhado de ferramentas visando à higienização dos operários das obras, oriundos da cidade de Viçosa. Esses recursos surgiram no contato dos engenheiros encarregados com os operários de construção, tendo destaque o engenheiro-chefe, Belo Lisboa, que investiu ideias para a implementação do projeto. Logo, ao

---

<sup>23</sup> Após ter se tornado proprietário rural, Belo Lisboa assumiu a prefeitura nas cidades de Ubá e Uberaba/MG, além dos cargos de encarregado no Setor de Agricultura da coordenação da mobilização econômica, secretário da Agricultura, Indústria e comércio, no Distrito Federal (Rio de Janeiro) e tentou, de forma frustrada, eleger-se para a Câmara Federal (Borges; Sabioni; Magalhães, 2000).

assumir a chefia das obras de construção, Belo Lisboa atestou o estado de saúde e educação dos operários, caracterizando-o como um público doente e alegando que urgia fazer intervenções médicas para a boa condução das obras. Com isso, criou-se uma Caixa Beneficente para custear os gastos com saúde e educação dos operários e realizou-se a instrução moral e higiênica. Essas ferramentas seriam sustentadas pelo interesse da instituição em aperfeiçoar os sujeitos rurais, ao mesmo tempo que se justificava pela garantia de boas condições de vida para os operários e seus familiares.

Assim, desde o período de construção, foram lançadas as bases de um repertório que visava a formar novos sujeitos rurais pela higiene. As ações encabeçadas por Belo Lisboa encontravam respaldo nos saberes higienistas que circulavam no cenário nacional e que penetravam nos debates educacionais, dando ênfase aos espaços rurais. Em proveito disso, a direção buscou veicular essas experiências realizadas com os operários, fazendo uso do espaço da IV CNE, realizada no Rio de Janeiro, para divulgar o seu projeto formador. Esse se fez um espaço propício para a divulgação das práticas de saúde e educação realizadas, firmando o compromisso institucional em promover o aperfeiçoamento do povo rural sob os princípios da higiene.

Portanto, o projeto formador esaviano teve seus primeiros moldes firmados no trabalho com os operários de construção. Foi constituída uma imagem de atraso dos sujeitos rurais que incitou a realização de empreendimentos visando à saúde e à educação destes e de seus familiares. Por meio de uma atuação sanitarista, Belo Lisboa propiciou a mobilização de intervenções médico-higiênicas e educativas sobre os operários rurais, o que levou à produção de ferramentas higiênicas para o projeto formador da Esav e reforçou sua legitimação num lugar de autoridade na educação no campo.

### Referências

ABREU, J. L. N. Ciência, saúde e território em Minas Gerais (1895-1930). In: ABREU, J. L. N.; ESPINDOLA, H. S. (org.). *Território, sociedade e modernidade*. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010. p. 95-118.

ABREU JUNIOR, L. de M.; CARVALHO, E. V. de. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. *Trabalho, Educação e Saúde*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 427-451, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462012000300005>

ALVES, W. Um jornal no dissenso: o Correio da Manhã e a campanha contra a vacinação obrigatória. *Rev. Eletr. de Com. Inov. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1-12, fev. 2013. DOI: 10.3395/reciis.v6i4.Sup1.749pt

AZEVEDO, D. S. de. *Melhoramento do homem, do animal e da semente: o projeto político pedagógico da ESAV (1920-1948), organização e funcionamento*. 2005. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARROS, N. do A. História regional, café e indústria: a Zona da Mata de Minas Gerais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais [...]*. Londrina: UEL, 2005. p. 1-8.

BARROS, J. A. *Organização do ensino rural em Minas Gerais, suas muitas faces em fins do XIX e início do XX (1899-1911)*. 2013. 349 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHÃES, G. F. P. *A Universidade Federal de Viçosa no século XX*. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 2000.

CARVALHO, E. V. de. *A emergência das práticas médico-educativas da Saúde Pública Estadual de Minas Gerais (1910-1935)*. 2016. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

CASTRO-SANTOS, L. A. de; FIGUEIREDO, R. É. Domingos de. Belisário Penna, Combatente: um capítulo da história da saúde pública brasileira. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 848-857, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000400005>

CASTRO SANTOS, L. A. de. O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/en/artigos/?id=303> Acesso em 25 jun. 2024.

CELESTE FILHO, M. A educação rural concebida por Renato Sêneca Fleury em meados da década de 1930. *Educação em questão*, Natal, v. 57, n. 54, p. 1-25, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2019v57n54ID18235>

CERTEAU, M. de. *Escrita da História*. 3. ed. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Difel: Algés, 1988.

CLAPER, J. R. Delineando a Assistência ao Alienado no início do século XX: colônia juliano moreira imagens e sensibilidades. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: SBHC, 2016. p. 1-19.

FONSECA, C. M. O. A história da política de saúde no Brasil: interpretações e trajetórias. In: TEIXEIRA, L. A.; PIMENTA, T. S.; HOCHMAN, G. (Orgs.). *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 403-429.

GOIS JUNIOR, E. *O Século da Higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil, século XX)*. 2003. 303 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.

GOMIDE, T. *Universidade Federal de Viçosa: esboço de uma síntese histórica*. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 1996.

HOCHMAN, G. *A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

HOFFBAUER, D.; PESSOA, G. T. de A. *André Gustavo Paulo de Frontin*. In: MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. Arquivo Nacional. Brasília, DF: Mapa, 2018. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/828-andre-gustavo-paulo-de-frontin-2>. Acesso em: 17 dez. 2021.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira república. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 23-40.

LINHALES, M. A. *A escola, o esporte e a “energização do caráter”*: projetos culturais em circulação na associação brasileira de educação (1925-1935). 2006. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MILAGRES, P. O. *Em “pró dos destinos patrios”*: a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e as marcas do higienismo no campo (1920-1935). 2022. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2022.

MOTA, A. Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do grupo escolar rural do Butantan em 1930. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 14, n. 32, p. 9-22, mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832010000100002>

MUSIAL, G. B. da S. A distribuição da população e do escolarizar no território: elementos para compreensão da emergência da escola rural em Minas Gerais (1892-1899). *Educação em Perspectiva*, Viçosa, MG, v. 3, n. 1, p. 32-54, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v3i1.261>

MUSIAL, G. B. da S.; GALVÃO, A. M. de O. “Oh! Escarneo! Tendes visto o que é a escola rural; ver uma é ver todas material e moralmente”: um estudo sobre os materiais, os métodos e os conteúdos da escola rural em Minas Gerais (1892-1899). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 12, n. 2(29), p. 77-106, nov. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38788/20317> Acesso em 24 jun. 2024.

RIBEIRO, M. das G. A Educação Superior Norte-Americana: gênese de um modelo. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 20, n. 48, p. 75-93, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/56594>

SANTOS, R. A. dos. O Plano de Educação Higiênica de Belisário Penna: 1900-1930. *Dynamis*, Granada, v. 32, n. 1, p. 45-68, 2012. DOI: <https://dx.doi.org/10.4321/S0211-95362012000100003>

SOUZA-CHALOPA, R. F. Uma década de pesquisas sobre a História da Educação Rural no Brasil (2012-2022). *Revista História da Educação*, Santa Maria, v. 27, p. 1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/129565.pt>

TAVARES, M. A. Para livrar o campo do amarelão, da maleita, do alcoolismo e do ofidismo. A educação rural em Pernambuco nos anos 1930 a 1950. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 54, p. 141-158, dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.38206>

VALÉRIO, T. F. *As Conferências Nacionais de Educação como estratégias de intervenção da intelectualidade abeana na política educacional do ensino secundário no Brasil (1928-1942)*. 2013. 270 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

VIEIRA, C. E. Conferências Nacionais de Educação: intelectuais, Estado e discurso educacional (1927-1967). *Educar em Revista*, Curitiba, n. 65, p. 19-34, set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53670>

### Fontes

CONFERENCISTAS. Registro de Visita à ESAV. 1931. In: LIVRO de visitas. Viçosa: UFV, 2020. Disponível em: <https://museuhistorico.ufv.br/antigo-livro-de-visitas/>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Brasil. *Recenseamento do Brasil*: realizado em 1 de Setembro de 1920: Agricultura. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1923. Vol. III, pt. 1.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Brasil. *Recenseamento do Brasil*: realizado em 1 de Setembro de 1920: Estatísticas complementares do senso econômico. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1929. Vol. V, pt. 3.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Brasil. *Recenseamento do Brasil*: realizado em 1 de Setembro de 1920: População. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1926. Vol. IV, pt. 1.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Brasil. *Recenseamento do Brasil*: realizado em 1 de Setembro de 1920: População. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1926b. Vol. IV, pt. 4.

GRATA notícia. *Cidade de Viçosa*, Viçosa, ano 30, n. 528, 22 jan. 1922.

HOSPITAL Regional da Zona da Mata. *Cidade de Viçosa*, Viçosa, ano 31, n. 585, 13 maio 1923.

INAUGURAÇÃO do Hospital Regional. *Cidade de Viçosa*, Viçosa, ano 30, n. 531, 19 fev. 1922.

LISBOA, J. C. B. [*Correspondência*]. Destinatário. Benito (ex aluno da ESAV, de Santana de Manhuassú). Viçosa, MG, 28 dez. 1929b. Acervo Histórico Central da UFV, Caixa 13, ESAV-Secretaria-Legislação-Administração.

LISBOA, J. C. B. *Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais*: sua realização. Discurso proferido aos formandos de 15 de Dezembro de 1935. Viçosa, 1935b. Acervo Histórico Central da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.02.07.01.

LISBOA, J. C. B. O povo quer aperfeiçoar-se. *Folha Rural*, Viçosa, n. 1, p. 3-8. 1 jan. 1935a. Rio de Janeiro: BN digital, 1935a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/folha-rural/875414>. Acesso em: 24 nov. 2020.

LISBOA, J. C. B. *Relatório apresentado ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Ovidio João Paulo de Andrade, DD. Secretario da Agricultura, pelo Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais* – J. C. Belo Lisbôa, relativo ao ano administrativo de 1931. Viçosa: UFV, 1931. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/relatorio-anual-de-1931>. Acesso em: 11 mar. 2021.

LISBOA, J. C. B. *Relatório de construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais*. Viçosa, 1929a. Acervo Histórico Central da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.04.02.01.

LISBOA, J. C. B.; MACHADO, M. das N.; VIEIRA, J. J. *Caixa Beneficente do pessoal da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Balancete dos anos de 1923 e 1924*. Viçosa, 1924. Disponível em: <https://atom.ufv.br/index.php/balancete-de-1923-e-1924-da-caixa-beneficente-do-pessoal-da-esav>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

LIVRO DE ATAS da congregação 1929. Viçosa: UFV, 1929. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/image-12>. Acesso em: 19 nov. 2020.

LIVRO DE ATAS da congregação 1931. Viçosa: UFV, 1931. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/image-12>. Acesso em: 19 nov. 2020.

LIVRO DE ATAS da congregação 1932. Viçosa: UFV, 1932. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/image-12>. Acesso em: 19 nov. 2020.



---

LOBATO, M. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

MAIS UMA brilhante iniciativa realizada: A inauguração do Posto de Prophylaxia das Molestias Venereas. *Cidade de Viçosa*, Viçosa, ano 31, n. 581, 15 abr. 1923.

ORDEM DE SERVIÇO, Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Viçosa, 1923. Acervo Histórico Central da UFV, Caixa 25, Seção Ordem de Serviço.

PENA, B. *Saneamento do Brasil: sanear o brasil é povoal-o; é enriquecerl-o; é moralisal-o*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1923.

PUBLICAÇÃO no jornal “Cidade de Viçosa”. Viçosa: UFV, 2018. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/20196>. Acesso em: 3 abr. 2022.

ROLFS, P. H. *Agricultural Education in Minas*. Viçosa, 1928. Gainesville: University of Florida, 1928. Disponível em: <https://original-ufdc.uflib.ufl.edu/AA00000207/00075?search=esav>. Acesso em: 3 abr. 2022.

ROLFS, P. H. O ensino agrícola no grau médio e sua organização no Brasil. In: SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 1931, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Gainesville: University of Florida, 1931. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00030/images>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ROLFS, P. H. *A agricultura mineira e o seu melhoramento*. Viçosa, 1930. Gainesville: University of Florida, 1930. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00001?search=esav>. Acesso em: 19 mar. 2021.

TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

TORRES, R. *Serviço de Saúde: movimento no consultório medico durante o anno de 1933*. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV 04.02.08.005.

Submetido: 01.02.2023.

Aprovado: 30.03.2024.